

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Deputado Luís Graça

**ASSUNTO: Requerimento para Audição do Exmo. Senhor Ministro da Cultura**

Exmo. Sr. Presidente,

Nos últimos dias, um pouco por toda a imprensa nacional, surgiram notícias de que o Governo fará uma lista de património com origem nas ex-colónias portuguesas com vista a devolvê-lo, temática que teve o seu primeiro vislumbre internacional em 2018, mas que parece agora prestes a concretizar-se.

Neste âmbito, entrevistado pelo “Expresso”, o Ministro da Cultura procedeu a afirmações que demonstram que a decisão se encontra aparentemente tomada pelo Governo, considerando que este objectivo será feito "de forma discreta e longe da praça pública", através de uma "inventariação mais fina", alegadamente a realizar por académicos e diretores de museus.

Segundo também referido no “Expresso” estarão em causa "obras de arte, bens culturais, objetos de culto e até restos mortais ou ossadas retiradas das suas comunidades originais e levadas para países como Portugal, França, Alemanha, Bélgica, Espanha, Inglaterra ou Holanda".

Ainda relativamente ao processo que agora foi anunciado, terá igualmente considerado o Ministro da Cultura que "A forma eficaz para tratar este tema é com reflexão, discrição e alguma reserva. A pior forma de tratar este tema é criar um debate público polarizado, não contem comigo para isso".

Sendo o assunto em apreço, a devolução de património histórico, circunstância que lhe confere importância e pertença nacional a todo o povo português, não se considera admissível que o Ministro da Cultura, enquanto representante da pasta que a tutela e nessa medida deve proteger, pareça admitir, no exercício das suas funções, que proferir considerações desta

dimensão, para mais com tamanha leviandade, possa sequer ser considerado razoável, desde logo porque ser Ministro da Cultura não pode ser confundido com ser dono ou definidor da Cultura.

Nessa medida, contrariamente ao que alegadamente Pedro Adão e Silva terá considerado, este processo necessita de um esclarecimento público cabal, sendo claramente especificado à população portuguesa que tipo de material, em concreto, estamos a falar e, sobretudo, os critérios em que se funda a sua devolução, razão pela qual o Chega endereçou já uma questão ao Gabinete do Senhor Ministro da Cultura, sem que até ao momento tenha obtido qualquer resposta.

Por outro lado, torna-se igual e manifestamente incompreensível que tendo também Portugal deixado tanto património nas suas ex-colónias quando as mesmas se autodeterminaram, e sem que nunca tenha sido devidamente ressarcido do prejuízo material da sua retirada ultramarina, muito menos exigindo que tal acontecesse, possa o povo português ver alienar da esfera patrimonial do seu Estado, património que natural e reconhecidamente lhe pertence.

Nesta medida, importa que o Governo português, em concreto pela voz do Sr. Ministro da Cultura, especifique com objectividade e publicidade o que pretende fazer, não reescrevendo a História ou diminuindo o inquestionável papel que Portugal sempre teve no seu decurso, promovendo neste e para este âmbito, uma vez mais contrariamente às alegadas declarações proferidas, um debate sério com a sociedade civil.

Esse debate crê-se também dever ser feito na Assembleia da República, instituição fiscalizadora das decisões governativas, circunstância que legitima a chamada do Senhor Ministro da Cultura em sede de comissão, a fim de prestar a todas as forças políticas parlamentarmente representadas, o processo de devolução em causa.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a audição urgente ao Exmo. Senhor Ministro da Cultura.

Palácio de São Bento, 28 de novembro de 2022

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Jorge Galveias.